

**ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DAS
ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA EM MOÇAMBIQUE:
O CASO DOS DESLOCADOS INTERNOS NOS
CENTROS DE REASSENTAMENTOS EM CABO
DELGADO**

***COMMUNICATION STRATEGIES OF NON-
GOVERNMENTAL ORGANIZATIONS AND
HUMANITARIAN ASSISTANCE IN MOZAMBIQUE:
THE CASE OF INTERNALLY DISPLACED PEOPLE IN
RESETTLEMENT CENTERS IN CABO DELGADO***

Aniceto Fernando Ernesto Magome¹

Resumo

A crise humanitária em Cabo Delgado, desencadeada pelo terrorismo desde 5 de outubro de 2017, resultou no deslocamento massivo da população do norte para o sul da província, considerado seguro, tornando essencial o papel do governo e das Organizações não-governamentais (ONGs) na assistência humanitária. A comunicação constituiu uma ferramenta estratégica de assistência para garantir o apoio necessário de subsistência e reintegração social dos deslocados internos nos Centros de reassentamentos, porém, questões como a cultural e língua impuseram desafios acrescidos na prestação da assistência humanitária. O presente artigo pretende analisar a estratégia de comunicação adotadas pelas ONGs na assistência humanitária aos deslocados internos nos Centros de reassentamentos de Cabo Delgado, com foco no Centro de reassentamento de Ngalane. Para compreensão da temática que se pretende estudar, recorreu-se abordagem qualitativa que mostrou-se a mais adequada, para a recolha de dados, foi igualmente usado o método de revisão bibliográfica de artigos relacionados ao tema e a entrevista semiestruturada. Os estudos anteriores revelam que a compreensão da comunicação e cultura é essencial no contexto humanitário, na medida em que potencia a capacidade das pessoas colaborarem umas com as outras, independentemente das suas origens. Os resultados demonstram que, as ONGs utilizam as campanhas interpessoais e por vezes reuniões, privilegiam a língua oficial e nativa para facilitar o processo de assistência humanitária. Algumas ONGs tem enfrentado desafios, com destaque para a desconfiança dos intérpretes e a quase inexistência de canais de comunicação de massas. Diante desses desafios, recomenda-se as ONGs a contratar e formarem membros da

¹ Doutorando em Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências de Educação e Comunicação da Universidade Católica de Moçambique. E-mail: aniceto.magome@gmail.com.

comunidade com habilidades de comunicação para servirem de intérpretes e diversificar os canais de comunicação.

Palavras-chave: Comunicação. Organização não-governamental. Assistência humanitária. Deslocados de internos. Cabo Delgado.

Abstract

The humanitarian crisis in Cabo Delgado, triggered by terrorism since October 5, 2017, resulted in the massive displacement of the population from the north to the south of the province, considered safe, making the role of the government and non-governmental organizations (NGOs) essential in humanitarian assistance. Communication constituted a strategic assistance tool to guarantee the necessary subsistence support and social reintegration of internally displaced people in resettlement centers, however, issues such as culture and language imposed additional challenges in the provision of humanitarian assistance. This article aims to analyze the communication strategy adopted by NGOs in humanitarian assistance to internally displaced people in the Resettlement Centers of Cabo Delgado, focusing on the Ngalane Resettlement Center. To understand the topic to be studied, a qualitative approach was used, which proved to be the most appropriate. For data collection, the bibliographic review method of articles related to the topic and semi-structured interviews were also used. Previous studies reveal that understanding communication and culture is essential in the humanitarian context, as it enhances people's ability to collaborate with each other, regardless of their origins. The results demonstrate that NGOs use interpersonal campaigns and sometimes meetings, favoring the official and native language to facilitate the humanitarian assistance process. Some NGOs have faced challenges, notably the distrust of interpreters and the almost non-existence of mass communication channels. Faced with these challenges, NGOs are recommended to hire and train community members with communication skills to serve as interpreters and diversify communication channels.

Keywords: Communication. Non-governmental organization. Humanitarian assistance. Internally displaced people. Cabo Delgado.

1 INTRODUÇÃO

Em Cabo Delgado, os ataques terroristas do grupo AlShabab provocaram mais de 4 mil mortes e o deslocamento de cerca de 1 milhão de pessoas, consistindo, assim, em um dos mais nocivos conflitos armados da actualidade (Penha, 2023). Como a comunicação é indispensável em situações de crise humanitária, especialmente entre as entidades públicas e privadas de assistência humanitária e a população afectada que necessita de acolhimento, alimentação e serviços essenciais para o ser humano. As ONGs assumem um papel importante na assistência humanitária aos deslocados internos, tem a responsabilidade de desenvolverem estratégias de comunicação adequadas ao contexto humanitário, garantindo a

transmissão de mensagens de forma clara e precisa, mas, no entanto, para tal, é necessário conhecer a cultura dos diferentes povos e domínio da língua para se comunicar melhor (Guilherme, 2002), bem como apostar nos canais de comunicação ajustados a realidade, com vista a construir confiança e garantir a participação inclusiva de todos os actores na assistência humanitária e reinserção social dos deslocados internos de guerra. Dessa forma, o artigo pretende analisar as estratégias de comunicação adotadas pelas ONGs na assistência humanitária aos deslocados internos nos Centros de reassentamento de Cabo Delgado, com foco no Centro de Reassentamento de Ngalane. Para o efeito, vai identificar os canais de comunicação usados pelas ONGs para alcançar as comunidades deslocadas, avaliar a eficácia do uso desses canais de comunicação na transmissão de informações, aferir a percepção dos deslocados internos sobre a relevância e clareza das mensagens recebidas e propor melhorias na estratégia de comunicação das ONGs na assistência humanitária em Cabo Delgado. O presente estudo tem como estrutura, a revisão literária, metodologia, discussão dos resultados e conclusão.

2 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

2.1 Terrorismo e a crise humanitária em Cabo Delgado

África tem sido historicamente um continente conturbado. A partir do ano 2000 um novo fenómeno começou a predominar e a caracterizar a já complexa estrutura de conflitos no continente, o terrorismo. Sobretudo com a emergência de dois grandes grupos, o Boko Haram e o Al-Shabaab, na Nigéria e Somália (Siteo, 2019 p. 160). Moçambique, no conjunto das nações, não é uma excepção, por isso, o Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS), em Abril de 2020 reconheceu a presença de grupos terroristas em Cabo Delgado, como uma forte ameaça à soberania nacional e aos planos de desenvolvimento nacional. O fenómeno iniciou a 5 de outubro de 2017, na cidade de Mocímboa da Praia, no norte da província de Cabo Delgado, onde um grupo armado conduziu seis ataques coordenados a postos de polícia, causando a morte de 14 pessoas. Não houve reivindicação dos atentados, mas a comunidade local referia-se ao grupo que perpetrou os ataques como *AlShabab* (Mandlate, 2017). Inicialmente, o grupo era composto de jovens oriundos do distrito de Mocímboa da Praia, com alguns vínculos religiosos a grupos fundamentalistas islâmicos de outros países, como a Tanzânia, Quênia, Somália e Grandes Lagos (Habibe; Forquilha; Pereira, 2018). Novos

ataques foram registrados na região em novembro de 2017 e, a partir de 2018, a província tornou-se palco de atentados armados frequentes contra civis e envolvendo métodos brutais, como a decapitação das vítimas (Moçambique, 2018). Com o crescimento numérico do grupo, aumentou-se os ataques e passou a conduzir operações à luz do dia, em 11 de agosto de 2019, capturou e ocupou Mocímboa da Praia, e entre 24 de março e 5 de abril de 2021 ocupou a sede distrital de Palma, região rica em recursos energéticos, o que forçou o governo Moçambicano a buscar resposta regional e internacional para enfrentar o terrorismo em Cabo Delgado. As forças estrangeiras da SADC e de Ruanda têm, desde 2021, participado directamente no combate ao terrorismo, a União Europeia e os EUA têm providenciado apoio indireto ao governo Moçambicano no combate ao terrorismo (Papelo, 2023, p. 112). Observa-se que as intervenções militares de Ruanda e das tropas da Missão Militar da Comunidade da África Austral para o Desenvolvimento Económico (SADC), que iniciaram em julho de 2021, levaram à redução dos ataques dos insurgentes (ACAPS, 2022).

Os ataques terroristas do grupo *AlShabab* provocaram mais de 4 mil mortes e o deslocamento de cerca de 1 milhão de pessoas, consistindo, assim, em um dos mais nocivos conflitos armados da actualidade (Penha, 2023). Grande parte da população deslocou-se para Sul, concentrando-se nas zonas de Metuge, e para Oeste, para a cidade de Mueda, a partir de onde muitos se deslocaram para Montepuez. Por via marítimo, e oriundo da costa, um grande fluxo de deslocados chegou às praias de Pemba, após longas viagens em embarcações artesanais (Feijó; Salite; Kirshner, 2022). Originado assim, os deslocados internos, que segundo Papelo (2023), são criados por conflito, deixando as pessoas altamente expostas ao perigo, gerando assim condições propícias para o surgimento de desafios no âmbito da assistência humanitária. Como resposta, em julho de 2020, o governo, através dos Serviços Distritais de Planeamento de Infraestruturas em coordenação com Organização Internacional das Migrações, criam as aldeias de reassentamento em diversas zonas a Sul de Cabo Delgado e Norte de Nampula.

Em Cabo Delgado, os distritos de Metuge e Montepuez acolheram cerca de 47,5% dos deslocados, e o único apoio fornecido pelo Estado é a alocação de terras para habitação e actividades agrícolas, pois as pessoas garantem sua persistência. Como resultado, o governo deu pouca atenção para reunir todas as condições necessárias para que essas pessoas possam recomeçar sua vida e ignorou as diferentes necessidades de cada grupo (Pessuro, 2023).

Essa situação despertou atenção de varias ONGs que, ate final de setembro de 2021, 66 organizações humanitárias estavam a prover ajuda humanitária às essas vítimas, das quais 38 eram ONGs internacionais, 20 ONGs nacionais e 8 Agências das Nações Unidas (Papelo, 2023). Para Mena e Hilhorst (2022) a ação humanitária deve ser empregada com flexibilidade de forma a responder às necessidades prioritárias que resultam de conflitos ou desastres e as agências humanitárias têm múltiplas ferramentas e políticas para facilitar o alcance dos objectivos fulcrais de salvar vidas e reduzir o sofrimento.

2.2 Estratégia de gestão de deslocados internos e assistência humanitária

O governo de Moçambique através da Resolução n.º 42/2021 de 8 de Setembro, estabeleceu os princípios orientadores e os procedimentos relativos à gestão de deslocados internos, resultantes de factores socioeconómicos, naturais e de natureza humana. Em relação aos factores socioeconómicos mencionam-se os conflitos armados e o repatriamento de moçambicanos. No que se refere aos factores naturais destacam-se os desastres naturais. Em relação aos factores de natureza humana apontam-se o conflito homem – fauna bravia.

O estudo centrou atenção nos factores socioeconómicos relacionados ao conflito armado em Cabo Delgado, onde refere que internamente 88% dos deslocados resultam de acções de grupos terroristas, nos distritos costeiros da zona norte de Cabo Delgado, a destacar Palma, Macomia Mocímboa da Praia, Muidumbe, Quissanga e Nangade. Por forma a assegurar uma resposta coordenada e eficiente, o Conselho de Ministros aprovou a resolução para dotar o país de uma Política e Estratégia que oriente a gestão de deslocados internos e defina os princípios, a visão, os objectivos e as acções do Governo e dos demais intervenientes no processo com vista a minimizar a ocorrência de deslocamentos.

O processo de gestão de deslocados internos exige a participação de vários actores, dentre eles, destaca-se as Organizações Não-Governamentais, que cabe as ONGs desenvolver actividades no âmbito da assistência humanitária, nas áreas sociais, com destaque para saúde e educação, reassentamento dos deslocados internos e reunificação familiar, construção e apetrechamento de escolas, hospitais e outras infraestruturas de utilidade pública, sob coordenação e orientação do Governo, através do Instituto Nacional de Gestão do Risco de Desastres (INGD), criado em 2020, pelo Decreto Presidencial nº 41/2020 de 28 de dezembro, com a responsabilidade de gerir as emergências humanitárias causadas pela emergência

resultante de conflito na provisão de bens que as vítimas necessitam, o que inclui alimentos, assistência médica e medicamentosa, água, saneamento e abrigo de forma a evitar insegurança alimentar, violência baseada no gênero e mortalidade.

O INGD tem trabalhado com as agências humanitárias internacionais em Cabo Delgado, com destaque para a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa Mundial para a Alimentação (PMA) (Papelo, 2023).

2.3 A comunicação como ferramenta de assistência humanitária

Para Figueiredo (1999), a língua falada e escrita foi criada pelo próprio ser humano, ela não nasce com ele, não faz parte da sua bagagem genética. Ele recebe do meio em que nasce, a partir dos primeiros anos de vida, a língua falada e, posteriormente, a escrita. Nota-se que o processo de comunicação recebe influência do meio em que se vive, pessoas que nascem e convivem em grupos diferentes podem ter dificuldades de comunicação. De acordo com Rego (2009); Chiavenato (2000) a Comunicação é o processo de transferir informação e compreensão de uma pessoa para outra. Assim, percebe-se que, na comunicação, tem que haver a transferência do significado entre pessoas, fazendo com que, a comunicação se efetive de forma eficaz. A evolução do ser humano sempre foi acompanhada pelo desenvolvimento dos canais de comunicação, desde a simples comunicação interpessoal, grupal, até apoiar-se a meios de comunicação de massas como panfletos, cartaz, faixas, jornais, alto-falantes, rádio, televisão e contemporaneamente websites e redes sociais.

No entanto, a comunicação e a cultura se relacionam. Para Ferrari, (2015), a comunicação permite que a cultura não seja algo estático, mas sim um processo de constante reafirmação e também de redefinição. As relações entre a cultura e a comunicação são tão complexas que até mesmo expressá-las é difícil: ao mesmo tempo em que a comunicação permite a existência da cultura, a cultura condiciona a forma de comunicarmos. A tentativa descomplexar esse entendimento, iniciou em 1959 com o trabalho do antropólogo norte-americano Edward T. Hall que utilizou pela primeira vez a expressão “comunicação intercultural”, no seu livro *The silent language*, pois nessa altura, era necessário estruturar as nações em espaços que abrigassem as pessoas e dessem oportunidade para que todas elas pudessem ter seu lugar ao sol.

A criação de instituições internacionais como a ONU (1945), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Banco Mundial, a Unesco demonstrou que era necessário conhecer a cultura dos diferentes povos para poder se comunicar e, principalmente, para negociar com eles (Rodrigo, 2012). A comunicação intercultural pode ser entendida como uma nova dinâmica da sociedade, na qual as culturas são híbridas e os contatos entre as pessoas diferentes são cada vez mais frequentes, o que leva à aceitação de que a comunicação e os processos culturais são cada vez mais incoerentes dentro do mundo global e da onipresença digital (Ganesh, 2015). Ramos (2001) corrobora, e acrescenta que, a comunicação intercultural envolve os problemas e processos de interacção verbais e não-verbais entre indivíduos pertencentes a grupos ou subgrupos culturais diferentes em contextos situacionais variados e a variação cultural na percepção dos objectos e dos acontecimentos sociais. Assim, no modo elementar pode-se considerar a comunicação intercultural como uma ferramenta relevante para as organizações, na medida em que potencia a capacidade das pessoas para colaborarem umas com outras, mesmo sendo de origens diferentes (Rocha, 2019). Mas, para tal, Guilherme (2002) afirma que, o domínio da língua é obviamente fundamental. Possuir habilidades de comunicação na língua do país de acolhimento, ou seja, ser capaz de compreender e ser compreendido por meio de processo colaborativos de inteligibilidade, pode ser crucial.

Mas, não há uma garantia de que conhecimento da língua do local é uma condição absoluta para uma integração bem-sucedida. A língua pode funcionar como uma ponte facilitadora (Soares, 2024). No entanto, para Robbins (2002, p. 205) a comunicação pode apresentar algumas barreiras, como o facto de que pessoas que falam idiomas diferentes percebem o mundo de formas igualmente diferentes, assim como as mesmas palavras ou gestos têm significados distintos em diferentes línguas e culturas.

3 METODOLOGIA

O estudo baseou-se na pesquisa bibliográfica que consistiu na busca e análise de materiais bibliográficos relevantes sobre a temática através de artigos científicos pesquisados nas bases de dados, *Google Acadêmico*, *Research Gate*, *Scielo pesquisa*, *Taylor & Francis*, *Sage Journals*.

Optou-se por uma abordagem qualitativa, pois, o método qualitativo é uma pesquisa que se concentra na compreensão de fenômenos sociais e humanos a partir de uma perspectiva interpretativa, explora significados, experiências e contextos (Yin, 1994). Deste modo, permitiu explorar a percepção dos deslocados internos sobre a relevância e clareza das mensagens transmitidas pelas ONGs no processo de assistência humanitária nos centros de reassentamentos. Para melhor compreensão sobre a temática abordada foi realizada um estudo de caso no Centro de Reassentamento de deslocados internos de Ngalane, distrito de Metuge, província de Cabo Delgado.

A escolha deste campo de reassentamento foi pelo facto de ser um dos centros com maior número de reassentados e beneficiou-se da assistência de muitas ONGs, o que possibilitou colher dados com maior fiabilidade.

A pesquisa elegeu a amostragem não probabilística intencional (deslocados, líderes locais e agentes humanitários), onde foram selecionados aqueles que continham informações relevantes e precisas em relação ao tema abordado. Deste modo, foram submetidos a entrevista não estruturada, sendo: 20 deslocados (dividir por grupo étnico), 01 líder local e 04 agentes humanitários. Após a recolha de dados deve-se proceder à sua tabulação. Esse processo é imprescindível, pois permitirá comparar, relacionar e classificar variáveis analisando-as. Ao término desse processo, deve-se proceder à análise dos dados coletados e à apresentação dos resultados obtidos com a investigação (Guerra et al., 2023).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após análise do material bibliográfico e dos dados obtidos através da entrevista não estruturada aos deslocados internos, líder comunitário e agentes humanitários no Centro de Reassentamento de Ngalane, permitiu obter os dados categorizados manualmente, estruturados da seguinte forma:

4.1 Estratégia e canais de comunicação adotadas pelas ONGs

O Centro de reassentamentos de deslocados internos de Ngalane, no distrito de Metuge, Província de Cabo Delgado, acolhe cerca de 475 famílias, totalizando aproximadamente 2.052 pessoas, caracterizado pela multiculturalidade, com a presença de pessoas oriundas dos distritos de Mocímboa da Praia, Nangade, Muidumbe, Macomia e Quissanga, fluentes nas línguas Makhuwa, Maconde, Swahili e Mwani.

A existência do Centro suscitou o interesse de várias ONGs, com destaque para Organização Internacional para as Migrações (OIM), Cooperative for Assistance and Relief Everywhere (CARE), Swedish Environmental Protection Agency (SEPA) e Fundação Wiwanana que desenvolvem acções de assistência humanitária aos deslocados internos, os quais 90% afirmaram que, as ONGs tem utilizado a estratégias de campanha interpessoal, porta-a-porta, os agentes de assistência humanitária tem-se desdobrado na interação com os residentes através de visitas domiciliárias, por vezes reuniões, raramente tem utilizados mensagens escritas como panfletos, cartaz, faixas e jornais. Essa estratégia é básica, pois permite aferir as necessidades dos deslocados internos, mas necessita do domínio da língua e da cultura (Guilherme, 2002; Ferrari, 2015; Rocha, 2019). Quanto aos canais de comunicação de massas como a televisão, rádio comunitária e Mídias digitais o uso é inexistente, tal facto, pode estar associado as baixas condições socioeconómicas dos deslocados internos, que carecem de quase tudo para a sua sobrevivência, contrastando com a realidade contemporânea de um mundo cada vez mais conectado pelas tecnologias de comunicação e informação (Santaella, 2008).

4.2 Desafios enfrentados na comunicação entre as ONGs e os deslocados internos

Para Robbins (2002, p. 205) representa barreiras para a comunicação, o facto de que pessoas que falam idiomas diferentes percebem o mundo de formas igualmente diferentes, assim como as mesmas palavras têm significados distintos em diferentes línguas e culturas, também demonstra, um mesmo gesto poder ser compreendido de maneira muito diferente, dependendo das culturas. As barreiras de comunicação constituem desafios a serem superados pelas ONGs, na medida em que 70% dos entrevistados não tem domínio da língua oficial (português) e muito menos da língua inglesa, o que dificulta na compreensão das mensagens. Algumas ONGs tem agentes de assistência humanitária fluentes na língua nativa (Makhuwa, Maconde, Swahili e Mwani), mas também outras optam pela contratação de intérpretes

eventuais que facilitam o processo de interação, mas segundo uma das entrevistadas *“sempre há uma desconfiança do intérprete distorcer o conteúdo da informação”* (E1). Esta desconfiança decorre pela forma improvisada de contratação, e também pelo interesse subjectivo do intérprete por fazer parte do grupo alvo. Portanto, fica exposto a necessidade de possuir habilidades de comunicação na língua do país de acolhimento, ou seja, ser capaz de compreender e ser compreendido por meio de processo colaborativos de inteligibilidade (Soares, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as estratégias de comunicação adotadas pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) no processo de assistência humanitária aos deslocados internos nos centros de reassentamento de Cabo Delgado, com foco no Centro de Reassentamento de Ngalane.

Os resultados demonstram que, as ONGs tem utilizado a estratégia de campanha interpessoal, onde os agentes de assistência humanitárias tem-se desdobrado na interação com os residentes através de visitas domiciliárias, por vezes reuniões, privilegiando o uso da língua oficial do País e a língua nativa dos deslocados internos (Makhuwa, Maconde, Swahili e Mwani) para facilitar a compreensão das mensagens.

Contudo, a baixa condição socioeconómica dos deslocados internos, algumas ONGs tem enfrentado alguns desafios, concernente a utilização de intérpretes para estabelecer a comunicação com os deslocados, que por vezes, gera desconfiança de distorção da mensagem e a quase inexistência de canais de comunicação de massas.

Diante desses desafios, recomenda-se as ONGs melhorarem o processo de comunicação com as comunidades, apostando na contratação de agentes de assistência provenientes da comunidade com domínio da língua nativa para melhor inserção na comunidade e também mostra-se necessária assistência para além das áreas prioritárias como alimentação, saúde, saneamento, habitação, educação e segurança, potencializar os demais canais de comunicação.

REFERÊNCIAS

ACAPS. **“Humanitarian Access”**. ACAPS, December 2022. Disponível em: <<https://www.acaps.org/country/mozambique/crisis/multiple-crises>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ROCHA, Francisco Luís Pereira da. **A cooperação civil e militar — contributos e desafios da comunicação intercultural**. Universidade Aberta, 2019.

FEIJÓ, João; MAQUENZI, Jerry; SALITE, Daniela; KIRSHNER, Jerry. **Caracterização das condições socioeconômicas dos deslocados internos no norte de Moçambique ao longo do ano de 2021**. Observador Rural, nº 127, OMR, 2022.

FERRARI, Maria Aparecida. **Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios**. Comunicação, interculturalidade e organizações faces e dimensões da contemporaneidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FIGUEIREDO, José Carlos. **Comunicação sem fronteiras**. São Paulo: Editora Gente, 1999.

GANESH, Shiv. Da inteligência à inteligibilidade cultural: tecnologia digital, ação coletiva e comunicação nos nossos dias. In: MOURA, C. P. de, FERRARI, M. A. **Comunicação, interculturalidade e organizações: faces e dimensões da contemporaneidade**. Porto Alegre: Edipucrs, 2015.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues; MATOS, Diego de Vargas; COSTA, Michel da; ROZENDO, Jefferson Florencio; MELO, Nedilson José Gomes de. Procedimentos metodológicos de classificação das pesquisas científicas. **EDUCERE - Revista da Educação da UNIPAR**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 303–311, 2023. Disponível em: <<https://www.revistas.unipar.br/index.php/educere/article/view/9980>>. Acesso em: 30 nov. 2024.

GUILHERME, Manuela. **Comunicação intercultural globalidade e diversidade**. Default jornal, 2002.

HABIBE, Saide; FORQUILHA, Salvador; PEREIRA, João. Radicalização Islâmica no Norte de Moçambique: O Caso de Mocímboa da Praia. **Cadernos IESE**, v.17, 2019, pp. 6-59. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/09/cadernos_17.pdf. Acesso em: 14 nov. 2024.

MANDLATE, Fernando. **Jovens radicais sonham com califado em Mocímboa da Praia**. O País. 9/10/2017. Disponível em: <http://opais.sapo.mz/jovens-radicaais-sonham-com-califado-em-mocimboa-da-praia>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MENA, Rodrigo; HILHORS, Dorothea. “Path dependency when prioritising disaster and humanitarian response under high levels of conflict: a qualitative case study in South Sudan”. **Journal of International Humanitarian Action** v.7, n.5, 2024. Disponível em: <<https://jhumanitarianaction.springeropen.com/articles/10.1186/s41018-021-00111-w>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MOÇAMBIQUE. (2018). **Three terrorist attacks reported at weekend**. Club of Mozambique. 10/7/2018. Disponível em:

<<https://clubofmozambique.com/news/mozambique-three-terrorist-attacks-reported-at-weekend-aim/>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

Papelo, Fátima Chimarizeni. Desafios e oportunidades emergentes na assistência humanitária em Moçambique: Estudo de caso de Cabo Delgado. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v.8, n.15, 105-120, 2023.

PENHA BRASIL, P. A. Terrorismo ou insurgência? Reflexão teórica sobre a natureza do conflito armado em cabo delgado. **Hoplos - Revista de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais**, v. 7, n. 12, p. 125-147, 25 jul. 2023.

PESSUO, Graciano Pedro. Ações terroristas e violações de direitos humanos em Moçambique à luz do direito internacional humanitário. **Sapere Aude**, v. 14, n. 27, p. 244-267, 14 jul. 2023.

RAMOS, Natália. Comunicação, cultura e interculturalidade: para uma comunicação intercultural. Lisboa. Universidade Aberta. **Revista portuguesa de pedagogia**. Ano 35, n.2, 155-178, 2001.

REGO, Francisco Gaudêncio Torquato. **Comunicação empresarial, comunicação institucional**. São Paulo: Atlas, 2009.

ROBBINS, Stephen. **Comportamento organizacional**. Rio de Janeiro, 2020.

SANTAELLA, Lúcia. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. **Revista FAMECOS**, v. 10, n. 22, p. 23–32, 2008. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/3229>>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SITOE, Rufino. Terrorismo em Moçambique? Que Soluções de Política? Um Olhar aos Ataques de Mocímboa da Praia. Maputo. **Revista Moçambicana de Estudos Internacionais**, v.1, n.1, 2019.

SOARES, C. C. Cooperação internacional para refugiados sudaneses e sírios na Jordânia: desdobramentos educacionais. **Revista Diálogo Educacional**, v. 24, n. 81, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/31158>>. Acesso em: 30 nov. 2024.

Yin, Robert Kuo-zuir. **Pesquisa de estudo de caso: Design e método**. 2.ed. Publicação Sage, 1994.